

Trabalhos mostram experiências de projetos em APPs

Trabalho integrado ajuda na preservação

Gerusa Barbosa

Estabelecer parcerias entre proprietários rurais, sociedade civil e governos, entre outros, para recuperação e recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) em áreas urbana e rural foi bastante reforçada pelos representantes de organizações não-governamentais que debateram ontem, suas experiências durante seminário sobre restauração de APPs, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. Participaram dos debates representantes da Apremavi (Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí), Apromac (Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte), Instituto Socioambiental (ISA), TNC, e Instituto para Preservação da Mata Atlântica (IPMA).

Cada uma dessas entidades mostrou suas experiências nos biomas Mata Atlântica e Cerrado nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste.

MMA realiza oficina de capacitação no Pará

Oficina de Capacitação Inicial dos projetos demonstrativos aprovados no Pará será realizada de 17 a 21 de julho, em Santarém, sob a coordenação de técnicos da Secretaria Técnica do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). Serão discutidos dois temas: sistema de monitoria dos projetos e gestão financeira.

Durante os próximos três anos, o Ministério do Meio Ambiente investirá R\$ 1.517.498,50 nos projetos. Os recursos são oriundos de doação da Cooperação Financeira da República Federal da Alemanha, por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), com a contrapartida do MMA e apoio da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

Participam da oficina em Santarém seis instituições paraenses com projetos aprovados na última chamada do componente Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (PADEQ): STR de Belterra, STR de Placas, CEAPAC, CEFTBam, AMUCICAMP e AMTMO.

Daniela Mendes

Experiências bem-sucedidas de recuperação de áreas de proteção permanente em todo o país estão sendo discutidas no Seminário Nacional Restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs), que acontece, em Brasília, no auditório Petrônio Portella do Senado Federal, até o dia 14 de julho. Na programação desta quinta-feira (13), foram apresentados estudos sobre restauração de mata ciliar na Mata Atlântica e no Cerrado, além de experiências de entidades governamentais, de empresas e propriedades rurais, de organizações não-governamentais, do Ministério Público e de associações urbanas.

Entre os trabalhos apresentados está o desenvolvido pela Companhia

Energética de São Paulo (CESP). A Cesp opera seis usinas hidrelétricas e realiza reflorestamento ciliar desde a década de 70. O projeto é modelo de restauração. Através de cooperação científica com o Instituto de Pesquisas Florestais ESALQ-USP foram desenvolvidas metodologias baseadas no conceito de sucessão ecológica que apresentaram uma redução significativa dos custos de implantação e manutenção.

De acordo com o diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Kageyama, que coordenou a execução desse trabalho como professor da USP, em dez anos de trabalho, de 1988 a 1998, houve uma economia de US\$ 1,5 milhão/ano. "Com a pesquisa conseguimos reduzir o custo de US\$ 4 mil para US\$ 1 mil por hectare plantado", explicou, afirmando que preservar é ainda mais vantajoso economicamente que restaurar. "Tivemos uma experiência no Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia que nos mostrou que o custo por hectare foi de US\$ 100/ano, bem menos que os US\$ 1 mil gastos no projeto de restauração da Cesp", afirmou.



Intervenção humana respeitando as APPs

Preservar o meio ambiente é mais vantajoso que restaurar

MG e RJ são exemplos de restauração

Especialistas de diversos estados que participam do Seminário Nacional Restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs), em Brasília, trouxeram suas experiências e apresentaram projetos sobre restauração. Minas Gerais apresentou o trabalho desenvolvido pelo Projeto de Proteção da Mata Atlântica (Promata-MG) que tem por objetivo promover ações de proteção, recuperação e uso sustentável na região da Mata Atlântica mineira.

O Promata atua diretamente em 15 Unidades de Conservação e seus entornos, abrangendo uma área total de 140 mil quilômetros quadrados distribuídos em 429 municípios pertencentes ao Alto Jequitinhonha, Vale do Rio Doce,

Zona da Mata, Centro-Sul e Sul do estado. Toda essa área equivale a aproximadamente 25% do território mineiro.

A iniciativa resulta do acordo de Cooperação Financeira Brasil-Alemanha por meio do Banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), agente financiador do Ministério de Cooperação Internacional da Alemanha (BMZ). Ao longo dos quatro anos de duração deste projeto, de 2004 a 2007, o governo alemão disponibilizará cerca de 7,7 milhões de euros e, em contrapartida, o mesmo valor será destinado pelo governo de Minas Gerais o que resulta em investimentos da ordem de R\$ 50 milhões revertidos em recursos para o Promata-MG.